

## Principais notícias do agronegócio – Setembro/2020

### Observatório da Questão Agrária



Empresas transnacionais do agronegócio e os bancos desenvolvem a chamada agricultura 4.0

Nº 07/20

**Síntese:** Neste informe, apresentamos as novas ferramentas que as empresas transnacionais do agronegócio e os bancos têm desenvolvidos para aprofundar o controle sobre a produção e os territórios, a chamada agricultura 4.0. O monitoramento remoto é capaz de acompanhar em tempo real o desenvolvimento das lavouras e calcular com mais precisão o consumo de agrotóxicos e fertilizantes e os riscos de investimentos.

Também abordamos os mecanismos desenvolvidos pela União Europeia para monitorar as operações de importações de produtos agrícolas oriundos de áreas de desmatamento, representando um endurecimento das barreiras para entrada das commodities destas áreas. Paralelamente, empresas do agronegócio e do mercado financeiro procuram criar fundos de investimento para desenvolvimento de projetos sustentáveis, sem a

perspectiva de abordar a essência da degradação ambiental, que é o próprio modelo do agronegócio.

Por fim, apresentamos e convidamos os leitores deste informe a participar do seminário “Regularização fundiária e degradação ambiental”, organizado pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Editora Expressão Popular. Neste seminário iremos debater a questão ambiental em meio à pandemia, o processo de grilagem de terras públicas e a militarização da Amazônia.

## Ampliação das ferramentas digitais na agricultura

**As agfintechs – startups financeiras voltadas para a agricultura** – têm buscado ampliar sua participação no financiamento das safras brasileiras, com destaque para a DuAgro, fundada pela XP e pela securitizadora Vert. Ambas empresas, em parceria com a chinesa Adama, pretendem financiar cerca de R\$ 100 milhões em compra de agrotóxicos e em crédito na safra 2020/2021.

A Terra Magna é outra plataforma de monitoramento de operações agrícola de troca de insumos por grãos. Por meio de imagens de satélites, esta empresa monitora o desenvolvimento das lavouras para auxiliar as equipes de vendas em campo. Segundo o CEO da Casa do Adubo (com atuação em 11 estados brasileiros), “quando começa a dessecação na lavoura, eles te dão um alerta e aí cabe a você fazer aquela ligação para o produtor, visitar a fazenda e acompanhar a entrega do grão no armazém”.

Grandes bancos, como o Santander (que adquiriu 80% da startup Gira), também estão se apropriando destas novas plataformas de monitoramento por imagem das lavouras. Com isso, eles buscam reduzir os riscos dos empréstimos ao analisarem desde o tipo de solo até o nível de fertilizante aplicado.

As grandes transnacionais do agronegócio também estão investido bilhões de dólares e euros em **pesquisa e desenvolvimento de plataformas digitais de monitoramento das lavouras**. A Bayer, por exemplo, destinou 2,5 bilhões de euros em pesquisa e desenvolvimento destas tecnologias; a empresa projeta monitorar 50 milhões de hectares no mundo em 2020.

A Basf investe 900 milhões de euros por ano no sistema Xarvio Field Manager. Essa ferramenta gera mapas de lavouras, monitora o surgimento de ervas invasoras nas plantações e direciona o uso de herbicidas. A transnacional também está desenvolvendo, em parceria com a Bosch, um sensor para ser instalado em pulverizadores que monitora a utilização de agrotóxicos nas lavouras.

Todo esse desenvolvimento tecnológico constitui a chamada agricultura 4.0, que unifica as tecnologias de “internet das coisas”, inteligência artificial e um conjunto de sensores de monitoramento em tempo real da produção.

## União Europeia

A União Europeia têm buscado **aumentar as regras para a importação de produtos com origem de áreas desmatadas**. Neste sentido, a Comissão de Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar do

Parlamento Europeu aprovou uma proposta de resolução para que os operadores de mercado do continente façam um estudo, análise e avaliações aprofundadas (due dilligence) da rastreabilidade dos produtos importados, para que não sejam oriundos de áreas de desmatamento. A justificativa dos parlamentares europeus é que o bloco é responsável por 10% do desmatamento mundial em função das importações, principalmente de carne bovina, soja, óleo de palma, cacau, eucalipto, milho, couro e borracha.

Para que tal proposta seja de fato avalizada, é necessário ainda a aprovação pelo plenário do Parlamento Europeu e o aval do Conselho Europeu, formado pelo governos.

A Comissão Europeia também deverá lançar um **Observatório Florestal**, com o objetivo de monitorar, via imagens de satélite, áreas de desmatamento, degradação florestal e mudanças na cobertura florestal. O lançamento desta iniciativa faz parte da nova estratégia florestal que a Comissão deverá lançar em 2021.

No Brasil, diante do aumento da pressão externa em função do crescente desmatamento e queimadas na Amazônia, a JBS lançou o programa “juntos pela Amazônia” para monitorar os fornecedores indiretos. Além disso, será criado um fundo com R\$ 250 milhões para financiar projetos e iniciativas sustentáveis. Esta iniciativa, que chamará “**Fundo JBS para a Amazônia**“, terá em seu conselho nomes como Carlos Nobre (IEA/USP), o ambientalista Fabio Feldman, Marcelo Brito, da Abag, e pessoas do Ipam, Bunge, Carrefour, SRB, entre outros.

Ainda dentro das supostas saídas para a degradação ambiental, foi anunciado no final do mês de setembro a criação de um novo fundo de investimento, com o nome de **Sustainable Agriculture Finance Facility** (SAFF). O fundo, no formato parceria público-privada, anunciou investimento em 2021 da ordem de 68 milhões de dólares e projeção de chegar a 1,4 bilhão de dólares até 2026. O objetivo é financiar produtores que utilizam o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, e conta com 60 investidores estrangeiros, principalmente europeus. As verbas vêm de doações filantrópicas, aplicações de bancos estrangeiros, entidades internacionais e fundos soberanos. As formas de remuneração dos investidores poderá ser por meio da emissão de créditos de carbono.

O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a editora Expressão Popular realizam o Seminário “Regularização fundiária e a destruição ambiental”, com o objetivo de debater a questão ambiental em meio à pandemia, o processo de grilagem de terras públicas e a militarização da Amazônia.

O curso é gratuito e será realizado pela página do Youtube do MST. Para os inscritos, serão disponibilizadas sugestões de leituras para contribuir na formação de cada tema proposto. Para se inscrever e ter mais informações sobre a atividade, **clique aqui**.